

Rigor nas penas para crimes hediondos

O Plenário do Senado aprovou projeto que endurece o regime de progressão de pena (em que o preso passa para regime semi-aberto ou recebe liberdade condicional) para os condenados por prática de crimes hediondos. Os senadores acolheram também projeto de César Borges que considera falta grave a posse, pelo preso, de celular ou de aparelho de radiocomunicação. As duas propostas serão enviadas à sanção presidencial para que se transformem em leis. **Página 5**



Renan Calheiros preside a sessão em que Plenário aprovou diversas matérias, inclusive as que tratam de segurança



Violência atinge 15% das mulheres, revela pesquisa

A agressão à mulher continua a ser praticada de forma silenciosa, segundo pesquisa feita pelo Senado. Sessão especial comemorou o Dia Internacional da Mulher. **Páginas 6 e 7**



Na sessão, foi entregue o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco vencedoras

Maior autonomia para agências reguladoras

Projeto de Tasso Jereissati que concede maior autonomia funcional, administrativa, decisória e financeira às agências reguladoras foi aprovado em Plenário. **Página 4**

Projetos do PAC devem ser examinados logo

“Vamos aprimorar o Programa de Aceleração do Crescimento e fazer com que ganhe celeridade.” A afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que desvinculou a disputa interna do PMDB do apoio ao governo no segundo mandato de Lula. **Página 3**

Portador de hanseníase que foi isolado poderá receber pensão

As comissões de Assuntos Sociais e de Justiça aprovaram projeto de Tião Viana que estabelece pensão vitalícia de R\$ 700 mensais a pessoas que foram isoladas em decorrência da hanseníase. A proposta pode ser enviada diretamente à Câmara. **Página 7**



Rosalba Ciarlini preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais



Foi aberto ontem o ano letivo nos órgãos que integram o sistema educacional do Senado e que são espaços de aprimoramento técnico-profissional, reflexão e debate de idéias

Unilegis e ILB colocam o Senado a serviço da sociedade, diz Efraim

Os órgãos que integram o sistema educacional do Senado constituem o melhor exemplo de como a instituição pode servir à sociedade como espaço de aprimoramento técnico-profissional, reflexão e debate de idéias. A afirmação foi feita ontem pelo senador Efraim Morais (PFL-PB), 1º secretário do Senado, na abertura do ano letivo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

A solenidade foi realizada no auditório do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo –, instituição dirigida por Márcio Sampaio, e que interliga em rede o Senado, a Câmara dos Deputados, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras de mais de 4.200 municípios.

Participou também o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, que adiantou planos para a futura inclusão da TV Senado na rede de



Márcio Sampaio, Denise Zoghbi, Efraim, Agaciél e Vânia Maione participam de cerimônia

cursos a distância.

A vice-reitora da Unilegis, Vânia Maione, destacou que a universidade tem como objetivo formar e capacitar servidores “à altura das necessidades do país e no interesse da população”. No âmbito do ILB, de acordo com a diretora-executiva do órgão, Denise Zoghbi, as relações institucionais também estão sendo

fortalecidas.

A abertura do ano legislativo contou com palestra do professor da Universidade de Lisboa e da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) Celestino Seco, que apresentou idéias para projeto destinado a aproximar, por meio de uma rede de “escolas legislativas”, o Poder Legislativo da sociedade.

Antecipada homenagem à Campanha da Fraternidade

A sessão especial em homenagem à Campanha da Fraternidade 2007 – cujo tema é a Amazônia, e o lema, “Vida e missão neste chão” – será antecipada para 27 de março. A data anteriormente definida era 4 de abril.

O requerimento de mudança foi apresentado por Flávio Arns (PT-PR) e José Nery (PSOL-PA), também autores da solicitação da homenagem.

A campanha é promovida anualmente, durante a Quaresma, há mais de 40 anos, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Almeida Lima lamenta falecimento de professora

Almeida Lima (PMDB-SE) apresentou requerimento de pesar pelo falecimento da professora Maria Bernadete Galvão Leite, de 85 anos, ocorrido na última terça-feira, em Aracaju. A família de Bernadete fundou, em 1934, o Colégio do Salvador e, como destacou o parlamentar, prestou “incomensuráveis serviços à população de Sergipe”.

Segundo Almeida Lima, em seus mais de 70 anos de existência, “o colégio vem trabalhando na formação de gerações de sergipanos”. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) se associou à homenagem.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão deliberativa do Plenário às 14h

A sessão de hoje tem início às 14h. Em pauta, entre outros itens, a MP 333/06, que abre crédito em favor da Presidência da República.

Audiência pública debate PAC

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência às 10h com os presidentes da Petrobras, José Sérgio Gabrielli; da Eletrobrás, Valter Luiz de Souza; da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN),

Benjamin Steinbruch; da CNI, Armando Monteiro Neto; da Fiesp, Paulo Antonio Skaf; e da Associação Brasileira da Infra-Estrutura, Paulo Godoy, para debaterem o Programa de Aceleração do Crescimento.

Comissão de Direitos Humanos recebe Marina Silva

A galeria de ex-presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) será inaugurada às 9h, com a fixação das fotos de Magno Malta (PR-ES) e Cristovam Buarque (PDT-DF), e também do ex-senador Juvêncio da

Fonseca. Em seguida, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, será homenageada por ter sugerido, como senadora, a criação da Comissão de Legislação Participativa. Na sequência, falará sobre meio ambiente e direitos humanos.

CDR analisa empréstimos para rede hoteleira

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se às 11h com a finalidade de organizar os trabalhos para 2007 e 2008. Em seguida, o colegiado

analisa pauta de dois itens, entre eles o projeto que cria alternativa de pagamento dos débitos relativos a empréstimos e financiamentos à rede hoteleira nacional.

Banco Interamericano de Desenvolvimento

O diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, encontra-se, às 9h, com o diretor-executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Rogerio Studart, para

renovar o programa de integração dos legislativos brasileiros que é coordenado pelo Interlegis. Em seguida, Studart visitará o Interlegis e a TV Senado.

Visita de Horst Köhler

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, recebem, às 10h, o presidente da Alemanha, Horst Köhler.

Embaixador na Costa Rica

A Comissão de Relações Exteriores, às 11h, analisa a indicação de Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares para embaixador na Costa Rica.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, César Borges, Magno Malta, Papaléo Paes, Augusto Botelho e Romeu Tuma



Agripino: emenda garante que pessoas não fiquem entregues ao arbítrio do fiscal

Crítica a possível veto em projeto da Super-Receita

O senador José Agripino (PFL-RN) condenou ontem a perspectiva de veto, pelo presidente Lula, à Emenda 3, contida no projeto de lei que cria a Super-Receita do Brasil.

A emenda impede que um fiscal da Receita Federal utilize o livre arbítrio para interpretar uma relação jurídica perfeita existente entre duas empresas como uma relação de trabalho, o que só poderia ser feito por meio de decisão judicial.

– A emenda garante às pessoas pedirem o arbítrio da Justiça, e não ficarem entregues ao arbítrio do fiscal – explicou Agripino.



Virgílio sugere o regime de quarentena para dirigentes, entre outras mudanças

Arthur Virgílio propõe autonomia operacional do BC

Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou ontem projeto de lei complementar estabelecendo a autonomia operacional do Banco Central (BC). Segundo afirmou, essa condição deverá assegurar à instituição competência para definir, formular e executar a política monetária; estipular impedimentos e regime de quarentena para seus dirigentes; e estabelecer mandatos não-coincidentes para seus diretores.

Para o senador, a medida seria necessária para evitar pressões do setor público e de segmentos da iniciativa privada sobre o BC.

Presidente do Senado desvincula disputa interna no PMDB do apoio que o partido deve dar ao governo durante o segundo mandato do presidente Lula

Renan promete empenho para votar logo os projetos do PAC

Logo depois de almoço com membros do PMDB, no qual foi discutida a posição a ser tomada em relação à eleição para a presidência do partido, o presidente do Senado, Renan Calheiros, desvinculou a disputa interna no PMDB do apoio que a legenda deve dar ao governo durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, lembrou o papel institucional que tem como presidente do Senado na tramitação de projetos importantes para o crescimento econômico, como os relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Vamos aprimorar o PAC e fazer com que ganhe celeridade – disse Renan Calheiros, que prometeu ainda entrar em entendimento com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), para marcar a sessão do Congresso Nacional destinada a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de modo a elevar para 0,2% do produto interno bruto (PIB) – R\$ 4,59 bilhões em 2007 – a parcela Projeto Piloto de Investimentos (PPI) que pode ser abatida da meta de superávit primário do governo central, de modo a facilitar a implementação do PAC.

O presidente do Senado, os ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e das Comuni-



Renan Calheiros (C) recebe os representantes da Confederação Nacional de Serviços

cações, Hélio Costa, participaram da reunião da bancada do PMDB para discutir o PAC. Os empresários foram representados nesse encontro pelos presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro.

Os senadores do PMDB ouviram a apresentação feita sobre o PAC pela consultora do Senado, da área de orçamento, e economista Maria Liz de Medeiros. Ela disse que o ponto principal do PAC é que o programa muda o paradigma do modelo econômico porque deixa de cuidar da estabilidade de preços, já controlada, para se preocupar em alavancar o crescimento.

Super-Receita

Renan Calheiros recebeu ontem representantes da Confederação Nacional de Serviços

(CNS) e de outras entidades de classe que esperam a sanção, pelo presidente da República, do projeto de lei que cria a Super-Receita do Brasil com a manutenção da Emenda nº 3. A emenda impede que um fiscal da Receita interprete uma relação jurídica perfeita entre duas empresas como relação de trabalho, o que só poderia ser feito por meio de decisão judicial.

Ao manifestar essa expectativa, Luigi Nese, presidente da CNS, lembrou que o Congresso Nacional é favorável à matéria. Ele argumentou que no Brasil existem milhões de pequenas e médias empresas que são constituídas por uma ou duas pessoas, que prestam serviços para as grandes empresas. Isso, explicou, muitas vezes, pode ser interpretado como relação de trabalho entre duas empresas, e não como uma relação jurídica perfeita.

Presidente da Alemanha visita o Congresso Nacional

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, recebem juntos hoje, às 10h, no Salão Negro, o presidente da Alemanha, Horst Köhler. O encontro deverá durar 45 minutos e, do Congresso, o presidente alemão seguirá para encontrar-se com o presidente Lula, no Palácio do Planalto.

A Alemanha é o principal parceiro comercial brasileiro na Europa e o Brasil é o maior mercado para as exportações alemãs na América do Sul, o que confere um caráter especial à visita. Em 2006, o comércio entre os dois países atingiu US\$ 12 bilhões. De acordo com o Itamaraty, as 1.200 empresas alemãs estabelecidas no Brasil são responsáveis pela geração de cerca de 8% do produto

interno bruto (PIB) brasileiro.

Horst Köhler é patrono da Deutsche Welt Hunger Hilfe, uma das maiores organizações não-governamentais alemãs de ajuda humanitária e promoção do desenvolvimento. Enquanto Köhler estiver no Congresso, sua esposa, a professora Eva Luise Köhler, estará visitando o Centro de Prevenção à Aids, do Ministério da Saúde, e a Casa de Apoio, instituição de reintegração sócio-familiar situada na Ceilândia.

Presidência alemã

A visita do presidente Köhler ao Brasil ocorre no momento em que a Alemanha ocupa, simultaneamente, a presidência do Conselho de Ministros da União Européia e a presidência do G-8 (grupo que reúne os sete

países mais ricos do mundo e a Rússia).

O presidente é o chefe de Estado da República Federal da Alemanha eleito para um mandato de cinco anos pela Assembléia Nacional, um órgão constitucional que se reúne exclusivamente para essa finalidade e é composto de deputados federais e de delegados das assembleias legislativas. É ele quem indica ao Parlamento alemão um candidato ao cargo de chanceler federal (primeiro-ministro) – atualmente ocupado por Angela Merkel, que já formalizou convite ao presidente Lula para participar do segmento ampliado da Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do G-8, a realizar-se no próximo dia 8 de junho, em Heiligendamm.



Garibaldi considera que programa não é suficiente para levar o país a crescer 5%

“PAC vai naufragar se não houver diálogo”, alerta Garibaldi

Após participar do debate entre senadores, ministros e líderes empresariais sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ontem que o PAC não é suficiente para levar o país a um crescimento de 5% e acrescentou: “Se o governo não se mostrar aberto ao diálogo, o programa vai naufragar”.

– O que mais me impressionou foi o crescimento dos gastos correntes, que chegam a mais de 19% do produto interno bruto (PIB). Se não há um governo para deter isso, vira uma bola de neve – alertou Garibaldi.



Proposta de duplicação da BR-386 está incluída nas metas do PAC, informa Paim

Paulo Paim quer a “estrada da produção” duplicada

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a duplicação da BR-386, conhecida no Rio Grande do Sul como “estrada da produção”, e considerada importante via de escoamento da safra agrícola do estado. A rodovia é responsável pelo escoamento de 6,4% de toda a exportação do estado e dela dependem mais de 300 mil habitantes.

O senador informou que a proposta de duplicação foi apresentada ao ministro dos Transportes, Paulo Sérgio de Oliveira Passos, e está incluída nas metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).



Efeitos do contingenciamento anunciado pelo governo são temidos por Papaléo

Papaléo critica bloqueio de verbas do Orçamento

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o bloqueio de R\$ 16,4 bilhões – correspondente a 0,73% do produto interno bruto (PIB) – no Orçamento da União de 2007 anunciado pelo governo em fevereiro e que, conforme o senador, “está sendo chamado eufemisticamente de contingenciamento”.

– A medida levará a um efeito político perverso, mas que talvez seja desejado por alguns: a liberação das verbas a conta-gotas para projetos e programas do interesse das populações representadas por deputados e senadores, mediante apresentação de atestado de bom comportamento parlamentar, certificado pelo governo – disse.



Cristovam homenageia presidente da Fundação Darcy Ribeiro e pensador francês

Cristovam lamenta mortes de Baudrillard e de Tatiana Memória

A presidente da Fundação Darcy Ribeiro, Tatiana Memória, e o filósofo e sociólogo francês Jean Baudrillard foram homenageados por Cristovam Buarque (PDT-DF), que lamentou a morte dos dois.

Tatiana morreu no sábado, aos 79 anos, no Rio de Janeiro, vítima de um enfisema pulmonar. O senador lembrou que ela promoveu a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) durante o governo de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.

Baudrillard faleceu terça-feira, em Paris, aos 77 anos, de câncer.

Proposta aprovada pelo Plenário, em primeiro turno, modifica a Constituição para ampliar segurança jurídica e institucional necessária aos investimentos no país

Agências reguladoras poderão operar com maior autonomia

O Plenário do Senado aprovou ontem proposta que define princípios para o funcionamento das agências reguladoras, concedendo a elas maior autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira. Acolhido com 52 votos favoráveis e apenas 2 contrários, o projeto complementa o artigo 174 da Constituição, que estabelece as funções de fiscalização e regulação do Estado.

A proposição (PEC 81/03), de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), chegou a ser aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no fim do ano passado, mas recebeu duas emendas quando encaminhada para deliberação do Plenário.

Aprovados cerca de R\$ 10 bi em créditos para ministérios

Duas medidas provisórias, que abrem crédito extraordinário em favor de quatro ministérios, foram aprovadas ontem pelos senadores. A primeira (MP 331/06) beneficia o Ministério da Integração Nacional com crédito no valor de R\$ 70 milhões. Já a MP 332/06 abre crédito de R\$ 9,7 bilhões em favor dos ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

As matérias, que seguem agora à promulgação, foram aprovadas com os votos contrários das bancadas do PFL e do PSDB.

Comissão discute frente em defesa da ciência e tecnologia

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) discutiu na reunião de ontem a sugestão do senador Renato Casagrande (PSB-ES) de criar uma frente plurissetorial mista em defesa da ciência, da tecnologia e da inovação.

– Essa frente seria uma verdadeira base de apoio para a sociedade se manifestar – explicou.

Também foi tema de debate a urgência da criação de uma legislação de convergência entre as normas legais das áreas de telecomunicações e de radiodifusão. Foram ainda aprovados 25 projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento e a exploração de serviços de radiodifusão em alguns estados brasileiros.

A apresentação das duas emendas provocou o retorno da matéria à CCJ. Lá, o relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), elaborou, em entendimento com governo e oposição, uma subemenda consensual, aprovada por unanimidade pela comissão. Essa subemenda substitutiva foi o texto acolhido ontem em Plenário. Agora, a CCJ redigirá o texto que será apreciado em segundo turno e que, se acatado, vai à Câmara.

A proposta determina que as agências reguladoras obedecerão princípios como os de proteção do interesse público, defesa da concorrência e do direito ao consumidor, entre outros.

Durante o debate em Plenário, Demostenes ressaltou que

Presidente da República poderá abrir ano legislativo

A proposta que torna obrigatória a presença do presidente da República na abertura da sessão legislativa do Congresso a cada ano foi acolhida ontem em Plenário. Para o autor da matéria (PEC 64/99), Eduardo Suplicy (PT-SP), a medida ampliará o diálogo entre Legislativo e Executivo.

– Será muito positivo que o próprio presidente venha ao Congresso para ser ouvido, no início de cada ano, e que tenha, nessa ocasião, uma interação olho no olho com os parlamentares – argumentou.

O texto segue para a Câmara.

o projeto garante tranquilidade para investimentos estrangeiros e nacionais no país. Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a votação demonstra o compromisso que a Casa tem com a segurança jurídica e a estabilidade das instituições.

Os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES), Ideli Salvatti (PT-SC), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Romero Jucá (PMDB-RR), Heráclito Fortes (PFL-PI), José Agripino (PFL-RN) e Marco Maciel (PFL-PE) também destacaram a importância da autonomia das agências reguladoras e seu papel em assegurar garantias fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Mais prazo para investimento em pesquisa energética

O Plenário aprovou ontem o projeto que prorroga até 31 de dezembro de 2010 o prazo para aplicação do percentual de 0,5% da receita líquida anual das distribuidoras de energia elétrica em programas de eficiência energética. A proposta (PLC 111/06), que vai à sanção presidencial, é de autoria da deputada Maria Lúcia Cardoso (PMDB-MG) e foi relatada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O projeto também dispõe sobre regras para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Fontes de energia brasileiras serão tema de debates

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem requerimentos do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que convidam os ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, para discutir projetos de implantação de energia nuclear como parte da matriz energética do país.

Entre outros requerimentos também acolhidos pela CMA está o do senador Sibá Machado (PT-AC), que convida o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Carlos Guedes Pinto, e o do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para tratar de questões relacionadas à produção e à exportação do álcool etanol.

Definidos membros da comissão mista sobre aquecimento

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem os nomes dos senadores que irão compor, como titulares, a Comissão Mista Especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas. Foram indicados Fernando Collor de Mello (PTB-AL), João Ribeiro (PR/TO), Romeu Tuma (PFL-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES), Jefferson Péres (PDT-AM) e Delcídio Amaral (PT-MS).

Em reunião da Subcomissão Permanente sobre Aquecimento Global, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA), foram aprovados dois requerimentos com a finalidade de realizar audiência pública com cientistas brasileiros sobre mudanças climáticas, apresentados pelo presidente da subcomissão, Casagrande. Um dos requerimentos convida Paulo Eduardo Artaxo Neto, do Instituto de Física da USP, e Carlos Nobre e José Antonio Marengo, do Inpe. O outro convida o coordenador-geral do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa.

Roseana e Jucá assumem lideranças do governo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) vai exercer o cargo de líder do governo no Senado, enquanto a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) desempenhará o mesmo cargo no Congresso. O anúncio dos nomes, indicados pelo presidente da República, foi feito ontem, em Plenário, pelo 1º secretário em exercício, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Jucá, que já vinha exercendo o cargo de líder do governo no Senado desde 2006, disse estar honrado com o convite para permanecer no cargo.

– Nós temos trabalhado duro e aprovado todas as matérias – frisou o senador, adiantando que terá um grande desafio este ano, referindo-se à aprovação das propostas contidas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Jucá lembrou, ainda, que também as reformas estruturais precisam ser votadas.

– Nós temos que aprovar a reforma política e a reforma tributária. Portanto, ser líder e conduzir esse processo no Senado é uma satisfação e uma responsabilidade muito grande – ressaltou.



Valter Pereira vê omissão do Ministério da Saúde em combate a doença

Dengue é caso de calamidade em MS, diz Valter Pereira

Valter Pereira (PMDB-MS) informou ontem que Mato Grosso do Sul registrou aproximadamente 42 mil casos de dengue entre janeiro e o início deste mês – mais que todo o ano passado, quando a região computou cerca de 15 mil casos.

O senador criticou o Ministério da Saúde, que, segundo ele, tem sido omissivo. Destacou que uma alternativa eficiente para enfrentar o problema seria o uso de inseticida biológico criado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ele explicou que esse inseticida não é venenoso e pode ser aplicado por qualquer pessoa.



Heráclito questiona significado da expressão “melhorar a massa encefálica”

Heráclito estranha frases de Lula sobre sexo e mulher

Heráclito Fortes (PFL-PI) estranhou discurso proferido ontem pelo presidente Lula no Rio de Janeiro. O senador reportou-se ao trecho no qual o presidente defende o uso da camisinha e a doação do preservativo pelo governo. Lula teria dito que “sexo é uma necessidade orgânica do ser humano. Portanto, o que precisamos fazer é ensinar”.

O senador criticou trecho em que Lula sustenta que “é preciso melhorar a massa encefálica dentro do cérebro para as pessoas compreenderem melhor que as mulheres devem ser respeitadas”, indagando o significado da frase.

Dois projetos que integram o pacote de combate à violência são acolhidos pelo Plenário depois de passar pela CCJ

Pena mais rigorosa para os crimes hediondos vai à sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto do Executivo que tem por objetivo endurecer o regime de progressão de pena para os condenados por prática de crimes hediondos. A proposta (PLC 8/07) havia sido acolhida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao aceitar parecer de Demostenes Torres (PFL-GO).

O projeto, que tramitou em regime de urgência por sugestão do senador Romeu Tuma (PFL-SP), vai à sanção presidencial. Seu texto estabelece que os condenados por crimes hediondos só terão direito à progressão penal após o cumprimento de dois quintos de pena em regime fechado, em caso de réu primário, e depois do cumprimento de três quintos, se reincidente. O texto aprovado prevê ainda que, em caso de sentença condenatória, caberá ao juiz decidir se o réu poderá apelar em liberdade.

O projeto foi elaborado com o intuito de adequar a legislação à recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que decretou a inconstitucionalidade de parte da Lei 8.072, por considerar que o trecho que proibia a progressão



Demostenes Torres (entre Romeu Tuma e Jefferson Péres) apresenta parecer na CCJ

das penas para os condenados por crime hediondo era ofensivo à garantia constitucional de individualização da pena, prevista no artigo 5º da Carta Magna.

No entanto, segundo Demostenes, a decisão do STF criou um “vácuo jurídico” em relação ao sistema de progressão para os condenados por crimes hediondos, pois, conforme argumentou, o próprio Código Penal estabelece situações diferenciadas no que diz respeito aos direitos dos condenados por prática de crimes hediondos.

– Na forma como está, todos passariam a cair na regra geral prevista no artigo 112 da Lei de

Execução Penal (Lei 7.210/84): transferência para regime menos rigoroso após o cumprimento de um sexto da pena no regime anterior, observado o bom comportamento carcerário – explicou.

Agentes públicos

Na reunião de ontem, a CCJ adiou a votação de outro projeto de combate a crimes. Trata-se do PLS 119/05, de autoria do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função da administração pública.

Adiada votação do fundo contra a violência

Foi adiada para a próxima quarta-feira a votação, na CCJ, da proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. A decisão se deu após concessão de pedido de vista coletivo da proposta. O presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que é autor da PEC, anunciou que o projeto será o primeiro item da pauta da próxima reunião e, garantiu, será votada no dia 14.

Com base na proposição (PEC 5/07), que conta com parecer favorável do relator, Demostenes Torres, o fundo irá vigorar até 2020 e terá um conselho consultivo e de acompanhamento, formado com a participação de membros da sociedade civil. Os recursos do fundo não poderão ser inferiores a R\$ 3 bilhões, segundo a proposta.

Posse de celular por presos pode ser considerada falta grave

A posse, o fornecimento e a utilização de telefone celular, rádio ou similar que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo poderão passar a ser consideradas faltas graves para o preso. O Plenário aprovou ontem substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei de César Borges (PFL-BA) com esse objetivo.

A matéria (PLS 136/06), que segue para sanção presidencial, havia sido aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), conforme sugestão do relator Edison Lobão (PFL-MA), que propôs mudanças na redação.

Em seu parecer, Lobão retomou várias expressões utilizadas na proposta original, como a que modificou o texto de “aparelho telefônico, de rádio ou similar que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente

externo” para “aparelho telefônico, de radiocomunicação e todo e qualquer meio de comunicação eletrônico ou similar”.

No entanto, o relator elogiou algumas alterações aprovadas pela Câmara, como a introdução de dispositivo que estabelece detenção, de três meses a um ano, de diretores de penitenciárias e agentes públicos que deixarem de cumprir seu dever de impedir que o preso tenha acesso a qualquer aparelho telefônico, rádio ou similar.

–O substitutivo da Câmara cria um tipo penal consistente para a omissão do diretor de penitenciária e/ou agente público. Vemos com bons olhos a iniciativa – afirmou Lobão.

A matéria foi discutida por Demostenes Torres, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Wellington Salgado (PMDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Aprovados nomes indicados para STM e Anatel

A indicação do nome do tenente-brigadeiro-do-ar William de Oliveira Barros para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado, depois de acolhida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senado aprovou também, por 30 votos favoráveis e 18 contrários, mensagem presidencial indicando Ronaldo Sardenberg, embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e ex-ministro da Ciência e Tecnologia no governo Fernando Henrique Cardoso, para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), manifestou estranheza diante dos 18 votos contrários ao nome de Sardenberg, uma vez que a indicação foi feita pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, fato que julgou digno de elogio.



Magno Malta adverte para os riscos de uma greve dos policiais federais

Malta pede ao governo que cumpra acordo com a PF

Pedido para que o governo cumpra o acordo com a Polícia Federal de pagamento da segunda parcela de recomposição salarial da categoria foi feito por Magno Malta (PR-ES). O senador lembrou a escalada da violência no país e as extensas fronteiras do Brasil, alertando para o risco que seria uma greve dos policiais federais neste momento.

Malta também fez uma homenagem às brasileiras pelo Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado hoje, dizendo que as mulheres “desfrutem do maior de todos os privilégios, o de gerar a vida”.

Sessão especial celebra o Dia Internacional da Mulher e entrega o Diploma Bertha Lutz a cinco mulheres que se destacaram na luta pelos direitos femininos

Senado presta homenagem a todas as brasileiras

O Senado realizou ontem sessão especial para comemorar o Dia Internacional da Mulher, ocasião em que foi entregue o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco mulheres que se destacaram na luta pelos direitos femininos e em defesa da cidadania. As premiadas, escolhidas entre 50 candidatas, foram: Ivana Farina Navarrete Pena, Maria Yvone Loureiro Ribeiro, Moema Libera Viezzer, Sueli Batista dos Santos e Beatriz Moreira Costa.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que convidou para compor a

Mesa a embaixadora da Nicarágua, Suyapa Indiana, representando as embaixadoras presentes ao evento; Aparecida Gonçalves, representando a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que coordenou os trabalhos e anunciou as premiadas com o Diploma Bertha-Lutz.

Ivana Pena recebeu a placa comemorativa e o diploma das senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Marisa Serrano (PSDB-MS), respectivamente. Maria Yvone ganhou a placa da embaixadora

da Nicarágua e o diploma da ex-senadora Heloísa Helena, enquanto Moema Viezzer recebeu o diploma e a placa dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Ideli Salvatti (PT-SC). Entregaram a placa e o diploma para Sueli Batista a embaixadora da África do Sul, Lindiwe Zulu, e a senadora Fátima Cleide (PT-RO); e Beatriz Costa recebeu os prêmios de Papaléo Paes (PSDB-AP) e de Mariza Gomes, esposa do vice-presidente José Alencar.

À noite, Renan Calheiros promoveu coquetel em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.



Durante sessão especial, parlamentares e convidados ouvem o Hino Nacional

Mulheres são conclamadas a ampliar sua luta por maior participação na política

Senadores apontam avanços na condição feminina, mas lamentam o fato de a violência doméstica contra mulheres no Brasil ainda ter dimensões alarmantes



AO REITERAR SEU COMPROMISSO com toda ação que promova a igualdade de oportunidades, direitos e deveres entre homens e mulheres, Renan Calheiros disse que, com o diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, o Senado homenageava todas as mulheres do país. Ele lembrou a participação feminina no cenário nacional, ressaltou os avanços conquistados, mas lamentou que a violência contra a mulher continue “manchando a dignidade nacional”.



ENQUANTO HOVER DISCRIMINAÇÃO, desde a diferença salarial pelo mesmo trabalho até a participação desproporcional no campo da política institucional, haverá razões para a luta pelos direitos da mulher, afirmou Serys Slhessarenko. Ela informou que propôs a criação de comissão para discutir a reforma política sob a ótica da participação feminina. “Nada justifica a exclusão das mulheres no debate de temas tão fundamentais”, ressaltou.



A LEI MARIA DA PENHA é a maior conquista para combater a violência contra a mulher e a impunidade no país, observou a líder da Minoria, senadora Lúcia Vânia. No entanto, ela salientou que o Brasil ainda registra 2 milhões de espancamentos de mulheres por ano. Relatora da matéria no Senado, a parlamentar informou que a Lei 11.340/06 cria mecanismos para coibir a violência doméstica, trata da eliminação de discriminação e dispõe sobre a criação dos juizados especiais.



“SABEMOS LUTAR E VENCER.” Com essa afirmação, a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) conclamou as mulheres brasileiras a uma grande cruzada contra a violência. “Não há mais tempo a perder. Devemos lutar contra a violência em nossa área de atuação. Podemos reverter a violência. Foi assim com a anistia política e com o direito ao voto. Juntando forças, temos vencido barreiras”, frisou a senadora pelo Maranhão.



DISCUTIR REFORMA POLÍTICA só faz sentido se forem consideradas propostas para ampliação do espaço da mulher nos partidos e nos legislativos, disse ontem Ideli Salvatti. A senadora também informou que estará, na próxima semana, representando o Brasil no Seminário Internacional de Mulheres Parlamentares, promovido pela Organização Mundial da Saúde, no qual serão debatidas a saúde e a sobrevivência das mães e dos recém-nascidos.



AS SENADORAS BRASILEIRAS SÃO exemplos das “árduas conquistas da cidadania feminina”, destacou o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). O parlamentar citou em especial a senadora Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), integrante da bancada de seu partido, que não pôde comparecer à sessão por problema de saúde na família, como “uma das grandes lutadoras em defesa da criança e do adolescente”.



FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHAS poderá elevar a participação das mulheres na política, de acordo com a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). A parlamentar observou que das 2.498 candidatas em 2006, somente 176 foram eleitas, segundo informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para Marisa Serrano, os temas sociais defendidos pelas mulheres nem sempre atraem o interesse dos financiadores das campanhas eleitorais.



AS MULHERES PRECISAM OUSAR mais para se candidatar a um cargo majoritário ou mesmo participar da política e da vida pública, afirmou Maria do Carmo Alves (PFL-SE) durante sessão especial no Plenário em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A senadora falou também sobre a violência que ainda sofre a mulher, destacando os espancamentos, principalmente por maridos agressores, e o tráfico internacional de seres humanos.



A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES no mercado de trabalho saltou de 26% para 70%, conforme pesquisa citada por Marconi Perillo (PSDB-GO). Mas, conforme o senador, apesar de intensa participação na produção de bens, a força feminina ainda não corresponde à participação no mercado formal de trabalho, com carteira assinada. “Já é hora de a sociedade legitimar o papel da mulher e a força feminina no mercado de trabalho”, assegurou.



“O PAPEL INSUBSTITUÍVEL DA MULHER na construção da cultura e dos valores morais” foi lembrado ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo observou, “o que para a mulher é evidente, para o homem é difícil de ver; e ainda que o veja, talvez não saiba como exprimi-lo com facilidade”. E completou: “Todos os dias, de todas as formas, as mulheres dão o seu recado. Quando o entendermos, a civilização dará um grande passo”.



UMA REFLEXÃO COLETIVA SOBRE a condição feminina na sociedade brasileira foi proposta pela senadora Fátima Cleide. Na sua opinião, a mulher continua distante dos homens quanto à partilha de direitos e participação social, além de ser a principal vítima da violência doméstica, de enfrentar sobrecarga das tarefas de casa e de ter chances mais reduzidas de participação em postos de comando. Ela saudou as mulheres que se dedicam à educação.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA TEM RAZÕES de ordem econômica, e a mulher com emprego e salário dignos reúne condições para libertar-se do agressor. A afirmação é do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), ao destacar que “chegou o momento de fazer valer” a Lei Maria da Penha. No dia-a-dia, disse, perpetuam-se diversas formas de discriminação contra a mulher que passam despercebidas e devem ser duramente combatidas.

Márcia Kalme



Simon (E) é cumprimentado por Renan em cerimônia com a presença de várias autoridades

Simon lança obra com coletânea de discursos

Foi lançado ontem, no Senado, o livro *Do regime militar ao mensalão – minhas lutas pela dignidade humana*, coletânea de discursos do senador Pedro Simon (PMDB-RS), com apresentação e pesquisa realizadas pelo escritor Lourenço Cazarré e pelo físico Jorge Schelb.

Participaram do lançamento, no Salão Negro do Congresso, ao lado do presidente do Senado, Renan Calheiros, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

Eros Grau e o ex-deputado e ex-ministro Odacir Klein, além de senadores, deputados, outras autoridades e convidados.

Renan disse que Simon é uma referência para todos os políticos brasileiros e um “tribuno respeitado que amedronta os adversários”, tendo como principal meio de ação a palavra. Cristovam Buarque (PDT-DF) também elogiou Pedro Simon, ao qual chamou de “senador dos senadores”.

Em discurso de agradecimento,

Simon afirmou que seus 25 anos dentro do Senado Federal podem ser considerados “uma vida” e que, apesar de o Brasil viver uma “situação difícil e dramática”, ainda acredita que o país “vai encontrar seu caminho” e que este será o século do Brasil.

Eleito para o primeiro mandato no Senado em 1978, Simon foi, de 1987 a 1990, governador do Rio Grande do Sul e, em seguida, novamente senador, reeleito duas vezes consecutivas.

Pesquisa revela: 15% das brasileiras sofrem com a violência doméstica

De cada cem mulheres no Brasil, 15 vivem ou já viveram algum tipo de violência doméstica. A dura constatação é da Coordenação DataSenado, da Secretaria de Pesquisa e Opinião, após a apuração da ampla pesquisa nacional que empreendeu em fevereiro com o público feminino. A consulta envolveu todas as capitais e 797 entrevistados. A pesquisa evidencia que, enquanto o país se assusta com a escalada da violência nas ruas, a agressão contra a mulher continua a ser praticada de forma silenciosa no interior das residências. Em 74,8% dos casos, os agressores são os próprios maridos, em 12,2% os companheiros, e em 2,4% os pais.

A situação mais grave, conforme levantamento da DataSenado, encontra-se na região Norte, onde uma em cada cinco mulheres afirma já ter sofrido agressões. Segundo as entrevistadas, 45,5% das manifestações de violência resultam do uso do álcool e 22,8% têm o ciúme como pretexto.

Na caracterização das formas de agressão, 58,5% têm caráter físico, 10,6% são de ordem psicológica, 8,9% têm base moral, e 4,9% conotações sexuais. Das mulheres agredidas, 73,2% deixaram de conviver com os maridos e companheiros. As jovens na faixa etária de 16 a 19 anos são as que mais

sofrem violência (35%), e 84% das mulheres vitimadas só estudaram até o ensino fundamental.

Denúncia

Mesmo que 85,4% das entrevistadas tenham manifestado que estão conscientes de que a violência doméstica é crime – previsto principalmente na chamada Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) –, apenas 40% das mulheres agredidas registraram denúncias em delegacias; 27,6% não fizeram nada, e as demais se contentaram em buscar apoio junto a familiares e amigos. Em relação à percepção da relação mulher e sociedade, 49,6% das entrevistadas consideram que a mulher não é tratada com respeito no país.

A responsável pela pesquisa, Ana Lúcia Novelli, afirmou que os principais instrumentos para combater a violência doméstica são as denúncias e a realização de campanhas de divulgação dos direitos das mulheres.

– Muitas vezes a mulher não se dá conta de que, ao levar um tapa, um empurrão, ou padecer de agressão psicológica, isso irá se repetir e com maior intensidade – disse a pesquisadora.

Ana Lúcia salientou ainda que, apesar do pouco tempo de vigência da Lei Maria da Penha, as mulheres demonstraram estar mais confiantes e se sentiram mais protegidas depois de sua aprovação.

Aprovada indenização para portador de hanseníase

Proposta foi acatada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais e, caso não haja pedido de apreciação pelo Plenário, segue para análise da Câmara

As pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios em leprosários ou em hospitais-colônias poderão receber pensão vitalícia de R\$ 700 mensais. É o que prevê projeto de Tião Viana (PT-AC) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O projeto (PLS 206/06) segue agora para análise da Câmara, caso não haja pedido de apreciação pelo Plenário. Para Viana, a medida vem corrigir uma distorção. Ele lembrou que o isolamento compulsório de portadores de hanseníase começou a ser extinto no Brasil em 1962, mas, dos 101 hospitais-colônias que existiam até então, cerca de 33 ainda continuam parcialmente ativos.

– Eles abrigam antigos doentes

Anvisa deve regulamentar venda de álcool

As regras para venda, comercialização, entrega ao consumo e fornecimento de álcool etílico hidratado e de álcool etílico anidro passarão a ser definidas em regulamentação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, ao aprovar projeto de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A proposta (PLS 190/06) objetiva reduzir o número de acidentes causados por esses produtos. Valadares diz que o álcool vitima cerca de 150 mil pessoas por ano, e um terço delas são crianças.



O autor da proposta, Tião Viana, ao lado da vice-presidente da CAS, Rosalba Ciarlini

que passaram a vida nas colônias e hoje não têm para onde ir, além de ex-pacientes que saíram, depois de liberados, mas retornaram por não ter condições de sobreviver fora da instituição – explica o autor da proposta.

Defensor público poderá decidir sobre pensão para idosos

Os defensores públicos também poderão referendar transações sobre prestação de alimentos a idosos, de acordo com projeto aprovado em decisão terminativa pela CAS. Atualmente, o Estatuto do Idoso determina que apenas os promotores de Justiça têm essa função. César Borges (PFL-BA) é o autor da proposta (PLS 112/04).

Foi aprovado ainda pela comissão projeto da Câmara (PLC 1/06) que introduz na Lei 9.656/98, que trata sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, a obrigatoriedade de cobertura ao planejamento familiar.

Também ontem, antes de receber a aprovação da CAS, o projeto foi acolhido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na terça-feira, havia sido acatado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

CAS vai debater demissões de dirigentes sindicais

A realização de cinco audiências públicas foi aprovada ontem pela CAS. A primeira, requerida por Paulo Paim (PT-RS), vai debater as demissões de dirigentes sindicais e de membros das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Cipas).

O combate do câncer de mama, a contratação de chineses para a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico, o projeto que institui adicional por tempo de serviço a empregados celetistas (PLS 267/05) e a síndrome de Down também serão discutidos pela comissão.

As origens da violência

• 45,5% das manifestações de violência resultariam do uso do álcool e 22,8% teriam o ciúme como pretexto.

• A falta de dinheiro entra como causa de 6,5% dos casos de agressão; a chamada traição conjugal e o uso de drogas, com 4,9%; e a influência de familiares é responsável, segundo a pesquisa, por 4,1%.

• Outros fatores ficariam abaixo do patamar de 4%.





César Borges: intenção de rever o pacto federativo acabou sendo esvaziada

César Borges afirma que presidente repete promessa feita em 2003

César Borges (PFL-BA) considerou a reunião do presidente Lula com os governadores, ocorrida na terça-feira, uma repetição do encontro que Lula teve com governadores há quatro anos. Na época, lembrou, a promessa do presidente de rever o pacto federativo para tirar os estados e municípios da crise nas suas

finanças, repetida na última reunião, acabou sendo esvaziada com o passar do tempo.

– O que se fez ontem [terça], e todos saíram esperançosos, é uma reedição daquele encontro, quando Lula prometeu a mesma coisa: rever o pacto federativo visando desconcentrar a arrecadação das mãos da União – avaliou,

ressaltando que o presidente, desta vez, aproveitou a presença da grande renovação no quadro de governadores “para aparecer bem na foto, na imprensa”.

Conforme o senador, Lula quer agora apoio dos governadores para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como teria feito na reunião de 2003,

quando buscou o mesmo apoio para as reformas da Previdência, que acabou sendo aprovada, e tributária.

– Mas o governo fez a reforma tributária? Não. A base do governo não se movimentou. O que faltou foi articulação e vontade política do governo – sustentou César Borges.

Expedito Júnior quer partilha da CPMF com estados e municípios

Expedito Júnior (PR-RO) defendeu a partilha dos recursos arrecadados da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) com os governos estaduais e municipais. Ele lembrou que a prerrogativa para tratar desse assunto é do Congresso e acrescentou que o prazo de vigência da CPMF acaba no final do ano e que o presidente Lula enviará proposta para prorrogá-la, pois o governo federal não pode ficar sem esses recursos.

O senador observou que a Proposta de Emenda à Constituição 6/07, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), prevê um mecanismo de redução gradativa da alíquota da CPMF e a divisão dos recursos com estados e municípios. Expedito disse que a proposta corresponde, na quase totalidade, aos anseios dos governadores, pois fixa um compartilhamento de 20% com os estados e 10% com os municípios na última etapa da redução da alíquota da CPMF.



Prerrogativa para tratar do assunto é do Congresso Nacional, lembra Expedito

Ideli comemora resultados da reunião de Lula com governadores

Entre os pontos acertados, a líder do PT destaca o refinanciamento das dívidas dos estados com a União e a distribuição de mais recursos do Fundeb

Em discurso no Plenário, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), comemorou ontem os resultados da reunião entre o presidente Lula e ministros com os 27 governadores. Ela destacou que foram atendidas reivindicações dos governadores, sem deixar de lado os interesses do governo federal. A senadora adiantou que a próxima reunião entre o presidente e os governadores será para tratar da educação no país.

Ideli disse que o encontro de terça-feira foi transformado em um fórum de relacionamento, “que deve ser permanente”, entre os governos federal e estaduais.



Próxima reunião será para tratar da educação no país, informa Ideli

Os pontos acertados, informou, foram o refinanciamento, por meio do setor financeiro privado, das dívidas dos estados com a

União; o leilão da dívida ativa (dívida dos contribuintes com os governos estaduais) para empresas privadas realizarem as cobranças; distribuição de mais recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para os estados e o comprometimento do governo com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 12/06, que institui regime especial de pagamento de precatórios pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

Para a senadora, todas essas decisões contribuirão para aumentar os recursos dos 27 estados.

Demostenes: segurança pública deve ser uma questão nacional

Demostenes Torres (PFL-GO) disse ontem que o saldo positivo do encontro entre o presidente Lula e os 27 governadores foi o compromisso firmado pelo governo federal de não contingenciar os recursos orçamentários destinados à segurança pública. Ele afirmou que tais recursos vêm diminuindo nos últimos anos.

– Caso a promessa venha a ser cumprida, vai significar uma gui-

nada na tendência declinante de investimentos no setor – frisou.

Segundo o senador, dos R\$ 200 milhões previstos na Medida Provisória 311/06, “editada depois dos ataques terroristas em São Paulo”, apenas 38,4% foram pagos. Ele condenou o fato e ressaltou que investimentos na segurança pública acarretam imediatamente maior controle da criminalidade e redução da violência.



Demostenes Torres lamenta baixos investimentos federais em segurança

– O Brasil precisa tratar a política de segurança pública como uma questão nacional – sugeriu.



Casagrande quer dar maior poder aos estados na repartição da receita do ICMS

Proposta de Casagrande altera distribuição do ICMS

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para permitir aos estados alterar a forma como é distribuída aos municípios parte da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

A Constituição determina que um quarto (25%) da arrecadação do ICMS seja destinado aos municípios e ainda a subdivisão desses recursos entre os municípios da seguinte forma: pelo menos três quartos (75%) na proporção do valor adicionado às mercadorias e serviços no âmbito do município; e até um quarto (25%) conforme o que dispuser lei estadual.

A PEC de Casagrande estabelece que a porcentagem reservada à deliberação de lei estadual alcance até 50% e que a parcela dos recursos distribuída segundo a proporção do valor adicionado seja de no mínimo 50%.

Neuto de Conto destaca potencialidades de SC e critica Lei Kandir

Depois de fazer um resumo das potencialidades de Santa Catarina, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) lamentou ontem que uma das virtudes do estado, a de ser grande exportador, termine por prejudicá-lo. Ele calculou que somente através da renúncia fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

promovida pela Lei Kandir, o fisco estadual deixou de arrecadar R\$ 3,4 bilhões nos últimos oito anos.

– Apesar de Santa Catarina ocupar pouco menos de 96 mil quilômetros quadrados, o equivalente a 1,12% do território nacional, e contar com 3,21% da população do país, quase 6

milhões de habitantes, o estado responde pelo sexto produto interno bruto nacional e por 5,2% das exportações. Nossos produtos são vendidos para 186 países de todos os continentes do mundo – afirmou Neuto de Conto.

O senador destacou que o estado é líder mundial na fabricação de compressores e equipamentos

e instrumentos odontológicos e o segundo maior na indústria de malhas têxteis e pedais de bicicletas. É o primeiro, na América Latina, na produção de refrigeradores, peças para perfuração do solo e material rodante dos tratores de esteira. É o quarto estado brasileiro em número de trabalhadores e o quinto no de empresas.



Fisco estadual deixou de arrecadar R\$ 3,4 bi desde 1999, reclama Neuto de Conto